

## RESOLUÇÃO Nº 1446/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 28017, em nome da empresa Auto Viação Goianésia Ltda, conforme Processo nº 201300029004927.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o disposto na Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que o interessado apresentou defesa intempestiva e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Auto Viação Goianésia Ltda, infringiu o art. 12, inciso XXXII, da Resolução 297/2007-CG, por trafegar com veículo com defeito em equipamento obrigatório (trinca no para-brisa), no percurso Goianésia / Ceres, foi autuada em 26/06/2013, nos termos do auto de infração nº 28017;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 16/05/2014,

### R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 28017, em nome da empresa Auto Viação Goianésia Ltda, por constar erro formal na lavratura do auto de infração, com base na Resolução nº 446/2002-CG da AGR.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 16 dias do mês de maio de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador

JMRF